



OCUPAÇÃO DAS VAGAS DE GRADUAÇÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UM PARADOXO PARA REFLEXÃO

MARIA DE LOURDES DE CARVALHO
TELMA REGINA DA COSTA GUIMARÃES BARBOSA
JOSE ELIAS RIGUEIRA
ADRIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
ÁUREA MARIA RESENDE DE FREITAS

RESUMO

Este artigo trata de um estudo sobre o a ocupação das vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) frente às políticas públicas federais no sentido de ampliação do acesso e permanência na educação superior. A pesquisa foi realizada com foco nas Universidades Federais de Minas Gerais. Para tanto, foi efetuado o estudo com base na Taxa de Efetivação de Matrícula (TEM) dos candidatos aprovados em seus processos seletivos, no período de 2006 a 2008, que traduz no índice de atratividade de seus cursos, como também o comportamento da relação candidato/vaga. Desta maneira foram pesquisadas, das onze IFES Mineiras, nove Universidades com o objetivo de estabelecer um parâmetro entre elas. A metodologia utilizada constitui de uma pesquisa exploratória. A pesquisa indicou que a situação não condiz com as políticas públicas do Governo Federal, uma vez que contrapõe ao efetivo preenchimento de vagas nos cursos de graduação na busca da eficácia do ensino superior. Assunto este que merece atenção para futuros estudos a fim de subsidiar uma gestão mais eficiente das organizações universitárias públicas frente à grande expansão das privadas e às políticas públicas de facilitar maior ingresso da sociedade brasileira no ensino superior.

Palavras Chaves: Chamadas excedentes, Efetivação de matrícula, Instituição de Ensino Superior

I. INTRODUÇÃO

Argumenta-se que a oferta de vagas no ensino superior tem sido significativamente inferior ao número dos egressos do ensino médio e também daqueles que estão represados há mais tempo na conquista de uma vaga. Conforme o Censo da Educação Superior de 2007, dados do INEP, o Brasil contava com 2165 Instituições de Ensino Superior (IES), das quais 249 eram públicas e 2032 privadas. Significando assim que apenas 11% das IES eram públicas. No tocante ao número de matrículas em cursos de graduação, também de 2007, totalizou 4.880.381, sendo 1.240.968 em Instituições Federais e 3.639.413 em Instituições Privadas.

No cenário das IES de Minas Gerais a situação é praticamente a mesma. Ainda de acordo com o Censo de 2007, no total de 319 IES, apenas 32 fazem parte do rol das Federais, ou seja, apenas 10% são Federais. Logicamente o número de matrículas na graduação continua no mesmo patamar, sendo apenas 18,6% das 505.990 matrículas nas IES de Minas Gerais.

Não só num país em desenvolvimento como o Brasil, mas em qualquer nação do mundo a educação é um bem público e o conhecimento pode ser considerado um patrimônio social. Em todas as nações melhores condições de vida foram alcançadas pelos povos que puderam contar com um ensino público de qualidade. Portanto, universalizar o acesso à educação é condição essencial para se promover a cidadania e o desenvolvimento social, científico e econômico de uma sociedade. Políticas governamentais, nos últimos anos, foram introduzidas visando o maior acesso da população no ensino superior.

Sobre a concepção moderna de desenvolvimento econômico e social vários indicadores como o IDH- Índice de Desenvolvimento Humano podem ser considerados contemplando perspectivas que não somente a econômica. Calculado para mais de 170 países busca chegar ao mais próximo de uma medida que retrate o desenvolvimento social dos países. O IDH utiliza três componentes básicos: longevidade, educação e renda. A educação é mensurada através de uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e da taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior.

Fadul e Souza (2008) consideram que as iniciativas atuais propostas pelo governo Lula seguem as políticas de ações empreendidas na reforma do Estado de 1995, mas com uma maior ênfase a programas sociais. Dentre o conjunto de ações voltadas à promoção da inclusão social institui o Plano Nacional da Educação (PNE), como o ProUni - Programa Universidade para Todos, que devido a uma grande demanda por vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) contrapondo a disponibilidade de vagas ociosas na rede privada concede bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior oferece isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. É dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos. O ProUni envolve também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência, o convênio de estágio MEC/CAIXA e o FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa.

Dando continuidade ao esforço de incentivo à formação universitária, o Governo Federal continua buscando novas alternativas, que compreende várias outras ações, dentre elas, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

(REUNI), criado pelo decreto presidencial 9.096/2007, instituído em reconhecimento ao papel estratégico das universidades – em especial do setor público – para o desenvolvimento econômico e social. Tem como um dos objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior. Essa diretriz visa o aumento da oferta de vagas nas IES no sentido de absorver a demanda existente. Assim, espera-se que a relação candidato/vaga nos vestibulares das IFES tenha aumentado e que as vagas oferecidas sejam preenchidas pelos melhores classificados.

Este estudo objetiva esclarecer essa situação buscando respostas para as seguintes questões: Como tem se efetivado a política de aumento das vagas? Quais têm sido suas implicações? Como tem ocorrido o preenchimento das vagas nas IFES?

2. METODOLOGIA

Realizou-se um estudo exploratório e descritivo. A pesquisa é caracterizada como exploratória em função da pouca disponibilidade de dados bibliográficos sobre o tema. Descritiva porque visa descrever a situação das chamadas para matrícula frente às políticas públicas de incentivo à formação universitária e segundo Gil (1991, p. 46), pesquisa descritiva é a que “tem como objetivo primordial a descrição de determinada população ou fenômeno ou, então o estabelecimento de relações entre variáveis”.

É também documental porque utilizou-se de documentos gerados pelas universidades em estudo, que traduzem nas fontes de dados disponibilizados pelas IFES, como: Resoluções, Editais, Relatórios etc. Conforme Vergara (1997, p.46), “a investigação documental é aquela realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: editais, manuais, registros, anais, memorandos, circulares, etc.”.

A população do estudo é composta pelas IFES Mineiras. De acordo com os dados do Censo de 2007 do INEP, o Estado de Minas Gerais possui a maior concentração de IFES do país; das 53 Públicas Federais no Brasil, onze estão localizadas no Estado de Minas Gerais, isto significa mais de 22%, além de duas estaduais e o CEFET/MG. A Figura 1 apresenta as cidades onde elas possuem atividades de graduação ou pós-graduação. O círculo maior representa a cidade em que está situado o campus principal da instituição. Uma observação importante a ser feita diante deste mapa reside no fato de que a maioria das IFES está concentrada na região central/sul do Estado (Região Metropolitana de Belo Horizonte, Oeste de Minas, Zona da Mata, Campos das Vertentes e Sul/Sudoeste de Minas).

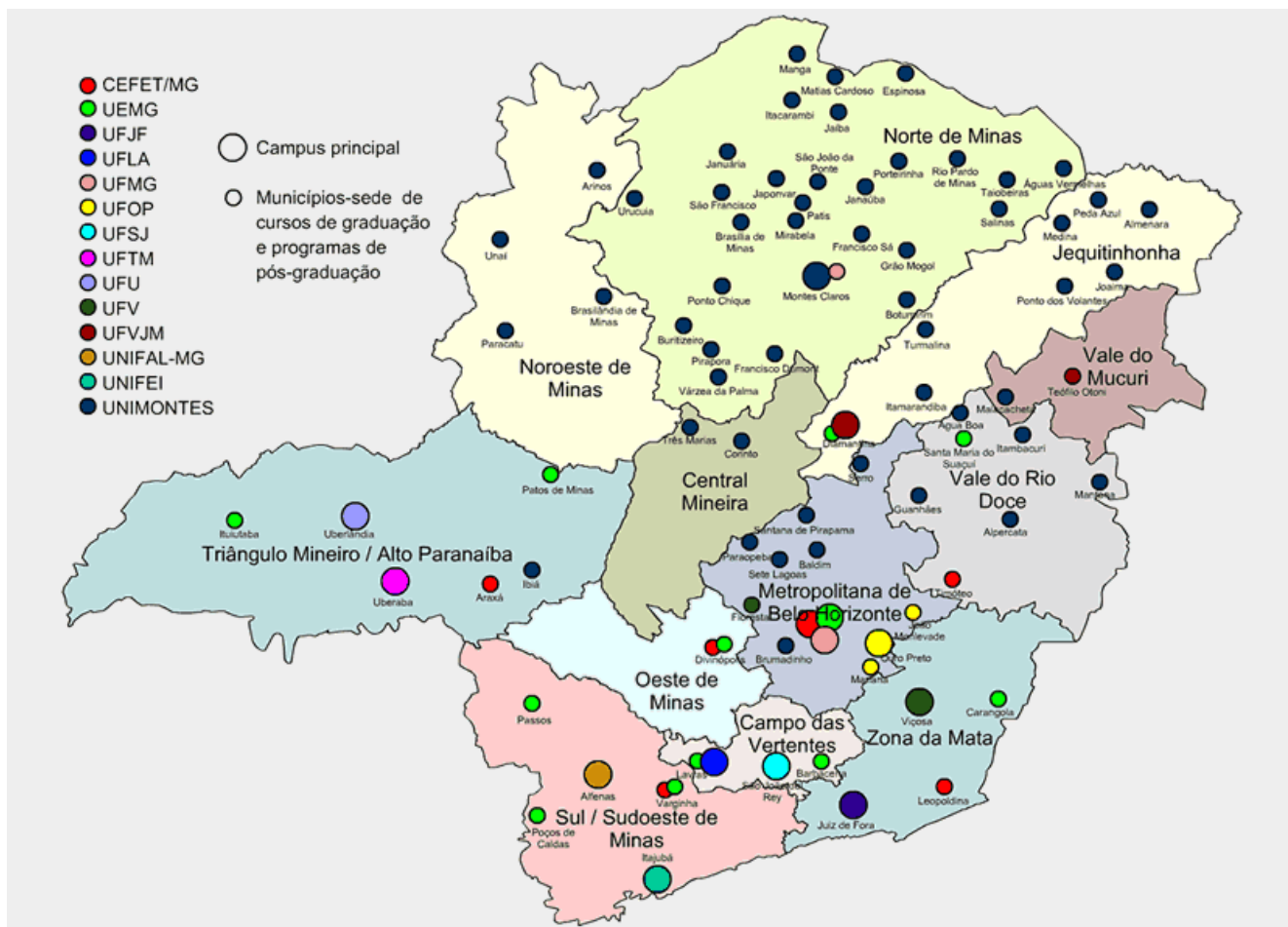


Figura 1 – Mapa de marcação das atividades de graduação e pós-graduação das IFES Mineiras (Disponível em: <http://www.ufmg.br>. Acesso em 20/09).

Para o estudo, foram solicitados dados para as onze IFES. Duas não responderam à solicitação, portanto, as nove instituições, objeto de estudo, são: Universidade Federal de Alfenas, de Itajubá, de Juiz de Fora, de Lavras, de Minas Gerais, de Ouro Preto, de São João Del Rei, de Uberlândia e de Viçosa. Por uma questão de ética estas instituições serão denominadas, de forma aleatória, de: A, B, C, D, E, F, G, H e I. Os dados necessários para este estudo foram solicitados através de correspondências enviadas por meio eletrônico e ainda por conversa telefônica. Dados estes que se referem aos números de curso/vagas, como também ao número de inscritos/cursos em seus processos seletivos e o quantitativo de chamadas em cada curso/ano. É importante salientar que, para as universidades de Alfenas, Lavras e Ouro Preto, foram considerados os dados apenas do primeiro processo seletivo anual permitindo um estudo com consistência entre as IFES.

Os dados foram analisados através de estatística descritiva e inferencial com o objetivo de se calcular, em um horizonte temporal de três anos (2006 a 2008): a relação candidato/vaga, a taxa de efetivação de matrícula na primeira chamada e o quantitativo total de chamadas excedentes de candidatos para o preenchimento das vagas disponíveis para os diversos cursos de graduação oferecidos pelas instituições.

Para o estudo da efetivação de matrícula, foi utilizada a média/ano da Taxa de Efetivação de Matrícula (TEM) na primeira chamada dos candidatos aprovados no vestibular único aplicado no final do ano. Assim, a taxa foi calculada através do divisor entre o número total de candidatos que efetivaram suas matrículas na primeira chamada e o número total de

vagas oferecidas para cada curso/ano. Esta taxa fornece o nível de atratividade de cada curso/Universidade. Quanto mais próxima do fator 1,0, maior é o nível de atratividade, significando desta maneira, que o candidato que participou do processo seletivo realmente optou por estudar na instituição e não se inscreveu apenas como mais uma alternativa, assim sendo, ao ser convocado para a matrícula a efetivou e confirmou.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1.Perfil das IFES Mineiras

3.1.1 Universidade Federal de Alfenas

Localizada na cidade de Alfenas, no sul de Minas Gerais, com aproximadamente 74 mil habitantes, a universidade foi criada no dia 3 de abril de 1914, como Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas, hoje Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Foi reconhecida pela Lei Estadual nº 657, de 11 de setembro de 1915, do Governo do Estado de Minas Gerais.

O reconhecimento efetivado pelo Ministro da Educação e Saúde foi previsto no Art. 26 do Decreto 19.851, sendo que em 23 de março de 1932, aprovou-se o novo regulamento, enquadrando a escola nas disposições das leis federais. No dia 18 de dezembro de 1960, através da Lei nº 3.854, a Escola foi federalizada, estando na direção do cargo o Prof. Paulo Passos da Silveira.

A transformação em Autarquia de Regime Especial efetivou-se através do Decreto nº 70.686, de 07 de junho de 1972, que favoreceu a implantação do curso de Enfermagem e Obstetrícia, para atender naquela época, à política governamental de suprimento das necessidades de trabalho especializado na área de saúde. Em 1º de outubro de 2001 ocorreu a mudança para Centro Universitário Federal, pela Portaria/MEC nº 2101. Em 2005, foi transformada em Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) pela Lei 11.154.

3.1.2 Universidade Federal de Itajubá

Localizada na cidade de Itajubá, no sul do Estado, com cerca de 90.812 habitantes, a Universidade Federal de Itajubá- UNIFEI, fundada em 23 de novembro de 1913, o nome de Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá- IEMI, por iniciativa do advogado Theodomiro Carneiro Santiago, foi a décima Escola de Engenharia a se instalar no país. Desde logo, o IEMI se destacou na formação de profissionais especializados em sistemas energéticos, notadamente em geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

O então Instituto foi reconhecido oficialmente pelo Governo Federal em 05 de janeiro de 1917. O curso tinha, inicialmente, a duração de três anos, passando para quatro anos em 1923 e, foi reformulado e equiparado ao da Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1936, quando o nome da instituição sai mudado para Instituto Eletrotécnico de Itajubá-IEI, em 15 de março do mesmo ano. Em 30 de janeiro de 1956 o IEI foi federalizado. Sua denominação foi alterada, novamente, em 16 de abril de 1968, para Escola Federal de Engenharia de Itajubá- EFEI. Foi transformada em Universidade em 24 de abril de 2002, através da sanção da Lei nº 10.435, pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

3.1.3 Universidade Federal de Juiz de Fora

A Universidade Federal de Juiz de Fora, criada em 1960, por ato do então Presidente Juscelino Kubitschek, é pólo acadêmico e cultural de uma região de 2,5 milhões de habitantes, no Sudeste do Estado de Minas Gerais.

A área campus é de 1.346.793,80m² e a área fora do campus de 74.506,04m². A área total construída, dentro e fora do campus, é de 170.428,50m².

Para qualificar a formação acadêmica, a UFJF oferece aos seus alunos a oportunidade de exercitarem o empreendedorismo na sua área de atuação, sendo auxiliada por empresas juniores fortemente sintonizadas com o mercado. As empresas são administradas pelos próprios alunos e prestam serviços aos diversos setores da comunidade externa.

3.1.4 Universidade Federal de Lavras

A Instituição foi fundada em 1908, com a denominação de Escola Agrícola de Lavras, passando, posteriormente, a Escola Superior de Agricultura de Lavras – ESAL, em 1938. Foi federalizada em 1964 e transformada em Universidade Federal de Lavras – UFLA, em 1994.

O campus da Instituição é dividido em dois segmentos conhecidos, tradicionalmente, por campus histórico e campus novo, localizados na cidade de Lavras, no sul do Estado, e com uma população média de 81.482 habitantes.

3.1.5 Universidade Federal de Minas Gerais

Localizada na capital Mineira, a UFMG foi a primeira instituição de nível superior de Minas Gerais, denominada Escola de Farmácia, de Ouro Preto, em 1839. Em 1875 foi criada a Escola de Minas e, em 1892, já no período republicano, o Estado ganhou também a Faculdade de Direito. Em 1898, com a mudança da capital, a Faculdade de Direito foi transferida para Belo Horizonte. Depois, em 1907, criou-se a Escola Livre de Odontologia e, quatro anos mais tarde, a Faculdade de Medicina e a Escola de Engenharia. Em 1911, surgiu o curso de Farmácia, anexo à Escola Livre de Odontologia.

Em 1927, foi criada a fundação da Universidade de Minas Gerais (UMG), instituição privada, subsidiada pelo Estado e surgida a partir da união das quatro escolas de nível superior então existentes em Belo Horizonte. A UMG permaneceu na esfera estadual até 1949, quando foi federalizada. O nome atual, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi adotado em 1965. À época da federalização, já estavam integradas à Universidade a Escola de Arquitetura e as Faculdades de Filosofia e de Ciências Econômicas. Depois, como parte de sua expansão e diversificação, a Universidade incorporou e criou novas unidades e cursos.

Em 1968, a Reforma Universitária impôs profunda alteração à estrutura orgânica da UFMG. Dessa reforma resultou o desdobramento da antiga Faculdade de Filosofia em várias faculdades e institutos. Surgiram, assim, a atual Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, o Instituto de Ciências Biológicas, o Instituto de Ciências Exatas e seus respectivos ciclos básicos, o Instituto de Geociências e as Faculdades de Letras e de Educação. A UFMG possui atualmente o campus Pampulha, o campus Saúde e o campus Regional de Montes Claros.

3.1.6 Universidade Federal de Ouro Preto

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), instituída como Fundação de Direito Público, em 21 de agosto de 1969, incorporou duas instituições de ensino superior centenárias: a Escola de Farmácia e a Escola de Minas. Conciliando tradição e modernidade, expandiu-se com a criação de unidades acadêmicas e com a implantação de cursos.

Em Ouro Preto existem os campi Morro do Cruzeiro e Centro Histórico; em Mariana, os campi Mariana I e Mariana II; em João Monlevade localiza-se o campus João Monlevade, todos esses campi, situados no Estado de Minas Gerais, compõem a UFOP.

3.1.7 Universidade Federal de São João del Rei

Criada em 1986, a UFSJ foi instalada em 21 de abril de 1987, como Fundação de Ensino Superior, resultando da reunião e federalização de três instituições: Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis e Faculdade de Engenharia Industrial. Em 19 de abril de 2002, a FUNREI foi transformada em Universidade (Lei nº 10.425), passando a chamar-se Universidade Federal de São João del Rei.

A UFSJ conta com três campi em São João del Rei: Santo Antônio, Dom Bosco e Tancredo Neves, além do Centro Cultural “Solar da Baronesa”.

Um quarto campus, situado no Alto do Paraopeba na cidade de Ouro Branco, está em fase de implantação para atender ao projeto de expansão do governo federal, irá abrigar, a partir deste ano, cinco cursos de graduação na área de Engenharia. Um quinto campus está em fase de implantação no município de Divinópolis, com oferta de quatro novos cursos, na área de Saúde, também a partir deste ano.

3.1.8 Universidade Federal de Uberlândia

A Universidade de Uberlândia foi criada em 14 de agosto de 1969, pelo Decreto Lei no. 762. No ano de 1978, ocorreu sua federalização, passando, assim, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Os cursos oferecidos pela UFU referem-se aos das Unidades Acadêmicas dos Campi localizados na cidade de Uberlândia (MG) - Campus Santa Mônica, Campus Umuarama e Campus de Cultura Física – e do Campus do Pontal, localizado na cidade de Ituiutaba (MG).

A Universidade Federal de Uberlândia assume funções de grande relevância social. Os seus hospitais universitários (Hospital de Clínicas, Veterinário, Odontológico e do Câncer), a Clínica Psicológica e a Psiquiatria, mantêm ações dirigidas à saúde da população local e das Regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Sudoeste do Goiás.

3.1.9 Universidade Federal de Viçosa

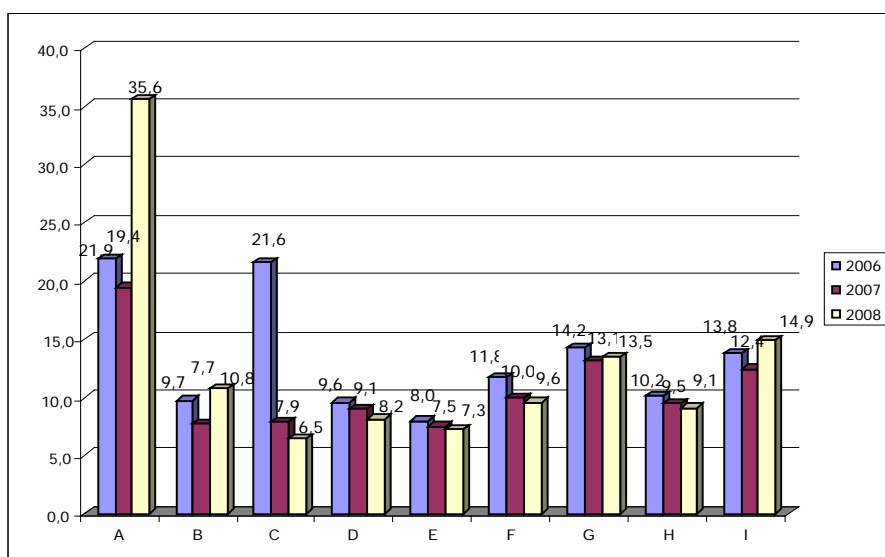
A Universidade Federal de Viçosa (UFV) fundada em 28 de agosto de 1926, como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), a instituição experimentou uma evolução constante desde essa data. Em 1948, foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), instituição que, em 1969, deu origem à Universidade Federal de Viçosa.

A Instituição implantou recentemente dois campi, o do Rio Paranaíba, localizado na cidade de mesmo nome, oferecendo os cursos de Agronomia, Administração, Ciências de Alimentos e Sistemas de Informação e o campus de Florestal que oferece, além de cursos do Ensino Médio, dois cursos superiores, iniciados em 2008. Em 2009, foram implantados mais quatro cursos: Licenciatura em Biologia, Física, Matemática e Química.

3.2 Resultados

O Gráfico 1 apresenta as médias da relação candidato/vaga das IFES estudadas de 2006 a 2008. Analisando o gráfico, verifica-se que neste período houve uma pequena queda na relação. Pressupõe-se que a ocorrência desse fato esteja atrelado aos resultados das políticas públicas adotadas pelo Governo Federal no sentido de reduzir o represamento de candidatos existentes e o preenchimento das vagas ociosas nas instituições privadas, como o ProUni que concede bolsas de estudo em curso superior nas instituições privadas.

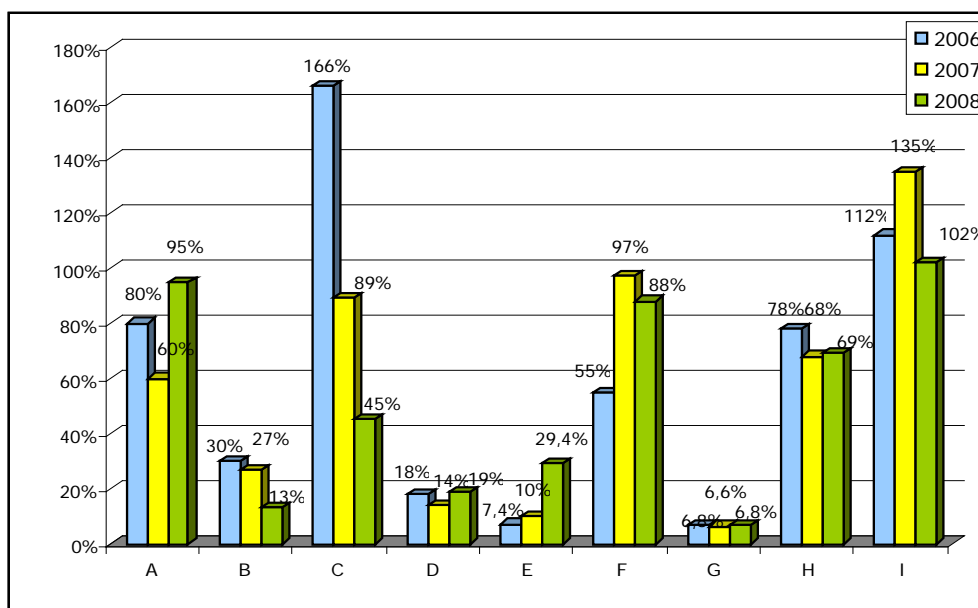
Gráfico 1 – Médias anuais da relação Candidato/Vaga das IFES Mineiras



Ao analisar o Gráfico 2, que se refere ao quantitativo total de chamadas excedentes¹ para preenchimento das vagas para os seus cursos de graduação no período em questão, encontra-se a universidade G com o menor percentual, seguida da E e da D. Observa-se que a universidade I, a F e a A encontram-se em situação mais desfavorável. A I necessitou realizar, nos três anos consecutivos, mais de 100% de chamadas excedentes, além das vagas disponibilizadas para os seus cursos, possibilitando o preenchimento total daquelas disponíveis para os seus cursos de graduação. A universidade F nos períodos de 2007 e 2008 encontra-se em situação similar. Observa-se a necessidade de realizar várias chamadas na maioria da IFES estudadas.

¹ Chamadas excedentes são aquelas realizadas após a primeira convocação dos candidatos aprovados no processo seletivo referente ao quantitativo de número de vagas/curso. Isto ocorre devido ao fato dos candidatos convocados não comparecerem na Instituição para efetivarem suas matrículas.

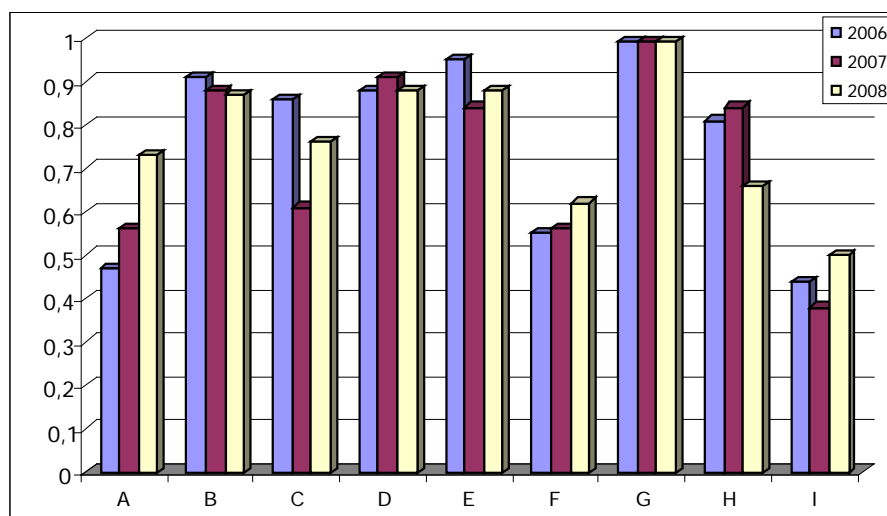
Gráfico 2 – Médias anuais das chamadas excedentes das IFES Mineiras



Após o estudo realizado em cada Instituição, O Gráfico 3 ilustra a posição de cada instituição frente às médias/ano da Taxa de Efetivação de Matrícula (TEM²) na primeira chamada, dos candidatos aprovados nos vestibulares de todas IFES em foco, no período de 2006 a 2008, juntamente com a Tabela 1 representada assim em números.

Observa-se que a três Universidades que demonstraram o melhor desempenho quanto à Média Taxa de Efetivação de Matrícula foram as Universidades G (0,99), E(0,92), B(0,89) e D(0,89). As instituições que se encontram em posições de menor desempenho são a I(0,44) a F(0,58) e A(0,59).

Gráfico 3 – Médias anuais da Taxa de Efetivação de Matrícula das IFES Mineiras



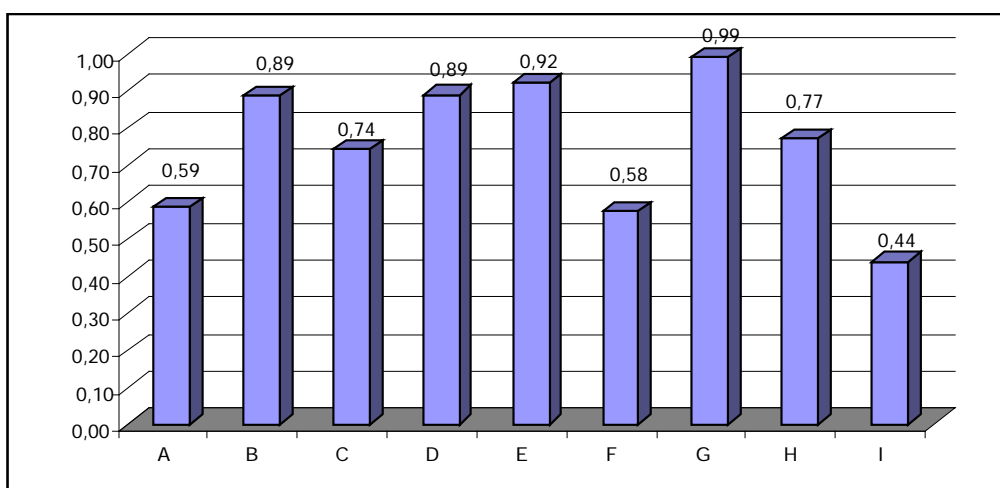
² TEM – Taxa de Efetivação de Matrícula, calculada através do divisor entre o número total de candidatos que efetivaram suas matrículas na primeira chamada e o número total de vagas oferecidas para cada curso/ano. Esta taxa fornece o nível de atratividade de cada curso/Universidade. Quanto mais próxima do fator 1,0, maior é o nível de atratividade.

TABELA 1 – Média da Taxa de Efetivação de Matrícula das IFES Mineiras

IFES	2006	2007	2008	Média das Médias
A	0,47	0,56	0,73	0,59
B	0,91	0,88	0,87	0,89
C	0,86	0,61	0,76	0,74
D	0,88	0,91	0,88	0,89
E	0,95	0,94	0,88	0,92
F	0,55	0,56	0,62	0,58
G	0,99	0,99	0,99	0,99
H	0,81	0,84	0,66	0,77
I	0,44	0,38	0,50	0,44

O Gráfico 4 apresenta a média da TEM dos três anos. O melhor desempenho foi atribuído à universidade G com uma média de 0,99, muito próxima de 1, significando assim que praticamente 100% de seus candidatos aprovados se matricularam logo na primeira chamada. Em seguida ficou a E com 0,92 e em terceiro lugar empatou a B e D, com a taxa de 0,89. As instituições que apresentaram os piores desempenhos foram a I com 0,44, ou seja, menos de 50% de seus candidatos aprovados se matricularam na primeira chamada; a F, com a taxa de 0,58, e a A com uma taxa de 0,59.

Gráfico 4 - Média da TEM das IFES - 2006 a 2008



4. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

O estudo demonstrou que as IFES Mineiras, de modo geral, estão passando por duas situações distintas, mas que são conseqüências, dentre outros fatores, das políticas públicas. O primeiro se refere à queda no quantitativo de inscritos para os seus processos seletivos. A outra situação se refere ao número de chamadas necessárias para a cobertura das vagas. Com a exigência do preenchimento de todas as vagas disponíveis, por parte do Ministério da Educação, as instituições se vêem obrigadas a dar continuidade às chamadas, até que completem o número de vagas oferecidas para cada curso. Algumas chegam a fazer quinze ou mais chamadas. O que não deixa de ser um transtorno para o candidato e também, para a Instituição, uma vez que ao divulgar a relação dos candidatos, deve obedecer aos prazos mínimos de confirmação ou desistência. Assim, este processo se arrasta por meses, adentrando, algumas vezes, pelo decorrer do semestre, na tentativa de cumprir as determinações governamentais. Cabe aqui ressaltar que realmente, diante do cenário educacional brasileiro e da significativa concorrência nos diversos cursos, não seria aceitável que as IFES não completassem as suas vagas.

Como tentativa de explicar os resultados obtidos neste estudo, verificou-se, de acordo com a disponibilização de dados das IFES Mineiras, que muitos são os fatores que corroboram com esta situação, como por exemplo, a localização geográfica das IFES pode ser um dos fatores determinantes na decisão de matrícula do candidato aprovado em duas ou mais instituições; o formato dos processos seletivos como a sua descentralização que disponibiliza o processo em várias cidades e estados; a aplicação das provas em uma única etapa ou em etapas distintas como também as datas diferenciadas da realização dos vestibulares entre as IFES.

O Governo Federal busca alternativas para ofertar o ensino superior para um número muito maior de jovens, que contrapõe à realidade apresentada através dos números expressos nos gráficos, uma vez que são necessárias inúmeras chamadas para completarem as vagas existentes na maioria das Instituições Federais de Minas Gerais. Através desta dinâmica de preenchimento total das vagas muitas são as implicações: ingressam nas Universidades os candidatos com menor pontuação no vestibular e, conseqüentemente, é bem provável que estes terão um rendimento abaixo do esperado no decorrer do curso. Isso implica na necessidade de políticas de nivelamento, como por exemplo, programas de tutoria, ou até reestruturação dos cursos, evasão, regras de jubramento por baixo coeficiente acadêmico, dentre outras.

Pressupõe-se que as políticas públicas implementadas estão na contra mão quando é esperado das Instituições de Ensino Superior o desempenho do papel de agências prestadoras de serviços e de preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Os resultados desse estudo demonstram que estas políticas não estão sendo eficazes. Faz-se necessário um estudo mais detalhado para conhecer se, o que o governo oferece em contrapartida ao aumento de vagas, sustenta um ensino de qualidade de maneira que possa retribuir o investimento da sociedade nas instituições federais à medida que coloca no mercado profissionais competentes para assumirem o seu papel de cidadão.

O cenário descrito indica a necessidade de adoção de uma postura que contemple um enfoque sistêmico, de ações integradas e sinérgicas que contemplem a eficiência, eficácia e também a equidade social tanto no âmbito interno das Instituições Federais de Ensino como no âmbito do Ministério da Educação e Governo Federal de modo a assegurar educação de qualidade no modelo de expansão proposto.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FADUL, E.M.; SOUZA, A.R. Políticas de Reformas da Administração Pública Brasileira: uma compreensão a partir de seus Mapas Conceituais. In: **XXIX Encontro da ANPAD**, 2005. Anais...Brasília, 2005.
- GIL, A.C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- VERGARA, C.V. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp> (2009). Página da World Wide Web do INEP
- www.prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/ (2008) Página da World Wide Web do Programa Universidade para Todos.
- www.portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf (2008) Página da World Wide Web do Ministério da Educação.
- www.unifal-mg.edu.br (2008). Página da World Wide Web da Universidade Federal de Alfenas.
- www.unifei.edu.br (2008). Página da World Wide Web da Universidade Federal de Itajubá,
- www.ufjf.br (2008). Página da World Wide Web da Universidade Federal de Juiz de Fora.
- www.ufla.br (2008). Página da World Wide Web da Universidade Federal de Lavras.
- www.ufmg.br/ipe (2008). Página da World Wide Web da Universidade Federal de Minas Gerais.
- www.ufop.br (2008). Página da World Wide Web da Universidade Federal de Ouro Preto.
- www.ufsj.br (2008). Página da World Wide Web da Universidade Federal de São João del Rei.
- www.ufv.br (2008). Página da World Wide Web da Universidade Federal de Viçosa.
- www.ufu.br (2008). Página da World Wide Web da Universidade Federal de Uberlândia.